



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638331 - AM (2021/0000693-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO  
**ADVOGADOS** : JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO - AM003787  
CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO - AM008085  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**PACIENTE** : H W U M (PRESO)  
**CORRÉU** : G F T  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de H W U M em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (*HABEAS CORPUS* CRIMINAL N. 4000024-40.2021.8.04.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 31/8/2017 e condenado, em 27/4/2018, à pena de 16 anos de reclusão, pela prática dos crimes previstos no art. 217-A, c/c o art. 71 e o art. 226, II, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta que o paciente é possuidor de comorbidades, quais sejam: Cid 10 – I69 (sequela de AVC), Cid 10 – F32 (episódio depressivo) e Cid 10 – F06 (labilidade emocional), encontra-se sofrendo constrangimento ilegal diante da desídia por parte do Estado em suprir socorro médico e farmacológico, bem como, constantes prejuízos pelo descaso administrativo e processual, inclusive na possível concessão de prisão domiciliar diante do fato de pertencer ao grupo de risco da covid19 por três doenças que lhe acometem. Defende a observância da Recomendação n. 62/CNJ para concessão de prisão domiciliar até porque o paciente já teria cumprido, até a data da impetração, cerca de 3 anos, 4 meses e 4 dias da pena imposta.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar ao paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente